



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DEPUTADO STEPHANES JUNIOR

Fla. 01

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 045/11



SÚMULA: Altera o Parágrafo Único do art. 2º, da Lei nº 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente.

Art. 1º Fica alterado o Parágrafo Único da Lei 11.027, de 29 de dezembro de 1994, que foi alterada pelas Leis nºs, 11.096, de 16 de maio de 1995; 12.125, de 22 de abril de 1998 e 13.512, de 21 de Janeiro de 2002, incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba, que passa a vigorar com a seguinte redação:

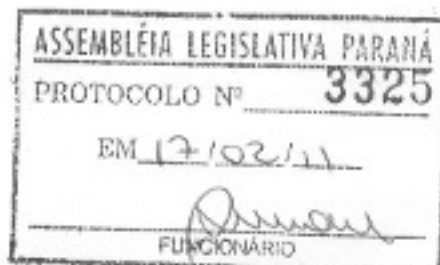
Art. 2º ...

Parágrafo Único: A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, **Campo do Tenente**, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, **Piên**, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas".

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2011.


REINHOLD STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual





JUSTIFICATIVA

Num primeiro momento cabe salientar que os municípios abaixo relacionados pertencem à Região Metropolitana de Curitiba e, estão a uma distância de Curitiba maior do que **Piên e Campo do Tenente**, a saber:

1) Doutor Ulysses à 163 Km; 2) Adrianópolis à 127 KM; 3) Cerro Azul à 108 Km;

Integrar estes municípios à RMC se fazem necessárias, haja vista o grande número de mão-de-obra que estes municípios alocam em Curitiba, e visando proporcionar justa integração destes trabalhadores à capital do Paraná, esta medida trará uma melhoria na qualidade de vida, não somente destes trabalhadores, mas como dos municípios de Piên e Campo de Tenente.

Esta proposta visa alavancar as condições de crescimento para estes municípios e toda a região, e colocar os benefícios disponibilizados pelo Poder Público ao dispor dos cidadãos que lutam pelo crescimento de seus municípios, e concomitantemente beneficiam Curitiba com o suado labor do dia-a-dia prestado em empresas da nossa Capital e, para que, efetivamente alcancem a maior parte da população da Região Metropolitana.

Uma das principais melhoria na qualidade de vida que se irá proporcionar aos municípios de Piên e Campo do Tenente, será a integração do transporte coletivo, haja vista a eficiência deste dispositivo, consolidada com a RIT – Rede Integrada de Transportes; cujos trabalhadores serão os maiores beneficiados, efetivamente, além de maior rapidez no deslocamento ao trabalho, resultando em consequente alta da produtividade, além da economia e customização para empresas e empregados.

Isto posto solicito o pleno apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, pela relevante importância sócio-econômica da matéria aqui elencada.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO



Súmula: Requer a anexação dos Projetos de Lei nº 181/11 e 234/11 ao 045/11, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, a anexação dos **Projetos de nº 181/2011 e 234/2011 ao 045/2011**, conforme dispõe o art. 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2011.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão
de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

PARECER AO PROJETO LEI Nº 045/11 (anexado aos Projetos 181/11 e 234/11)

Projeto de Lei nº 045/11

Autor: Dep. Reinhold Stephanes Júnior

Projetos anexados:

Projeto de Lei nº 181/11 – Autor: Dep. Reinhold Stephanes Júnior

Projeto de Lei nº 234/11 – Autores: Dep. Anibelli Neto e Dep. Toninho Wandscheer

SUMULA: Altera o Parágrafo Único do artigo 2º da Lei 11.027 de 29 de d de 1994, (COMEC), incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente.

EMENTA: INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS À REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. MUNICÍPIOS DE PIÊN E CAMPO DO TENENTE. LEI ESTADUAL 11.027/1994. CONFORMIDADE COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. LEGAL E CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

1. DO PROJETO LEI

O Projeto Lei nº 045/11 de autoria do Dep. Reinhold Stephanes Júnior, anexado ao Projeto de Lei nº 181/11, de autoria, também, do Dep. Reinhold Stephanes Júnior e ao Projeto de Lei nº 234/11 de autoria dos Deputados Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, altera o Parágrafo Único do artigo 2º da Lei 11.027 de 29 de d de 1994, (COMEC), incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente à Região Metropolitana de Curitiba.

2. COMPETÊNCIA E PREVISÃO LEGAL

Primeiramente, é imprescindível analisar a competência legislativa sobre a matéria constante no projeto de lei em análise.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

deliberar sobre planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento. A saber, artigo 53 da Constituição Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

Ademais, nos ditames da Constituição do Estado do Paraná se verifica que a COMEC é o órgão de apoio técnico que organiza a Região Metropolitana de Curitiba. Vejamos o que dispõem os arts. 21, 22 e 23 da Constituição Estadual:

Art. 21. O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

Art. 22. O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverá adequar-se às diretrizes de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

Art. 23. É facultada a criação, mediante lei, de órgãos ou entidades de apoio técnico de âmbito regional, para organizar, planejar e executar as funções públicas de interesse comum.

Portanto, a propositura do presente projeto de lei é legítima, uma vez que, nos ditames da Constituição do Estado do Paraná, a criação ou modificação da Região Metropolitana se dá através de lei.

Assim, compreendemos que o projeto ora em análise se encontra coberto de legalidade, visto que atende as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo reputado constitucional.

3. CONCLUSÃO

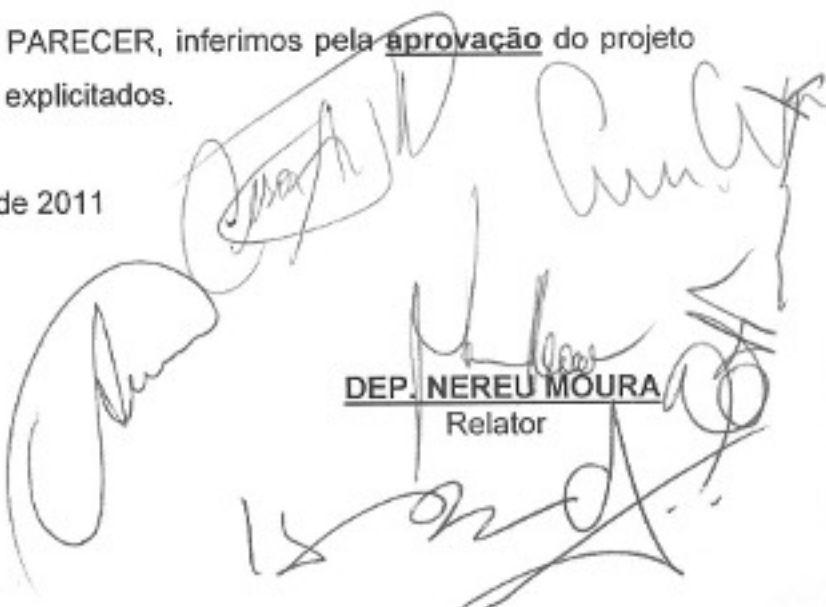
Nesse contexto, verificamos que o projeto está em conformidade com nossa Constituição Estadual, bem como, dentro da legalidade.

Quanto à **técnica legislativa**, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar n.º 95/98.

Desta forma, em decorrência de PARECER, inferimos pela **aprovação** do projeto que ora se analisa, conforme motivos já explicitados.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão


DEP. NEREU MOURA
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 045/2011

Projeto de Lei Complementar nº 045/2011 - *"Altera Parágrafo Único do art. 2º da Lei 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente."*
PLs anexados – 181/11 e 234/2011

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Reinhold Stephanes Junior que *"Altera Parágrafo Único do art. 2º da Lei 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente"* teve anexado os Projetos de Lei Complementar nº 181/11 de autoria do mesmo nobre deputado, e ao PL Complementar nº 234/11, de autoria dos Deputados Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, que também incluem o município de Rio Negro, além dos dois citados na súmula.

Pretendem os autores modificar a Lei nº 11.027/1994, que cria a Região Metropolitana de Curitiba e cria a Autarquia COMEC, no sentido de ampliar o rol de municípios pertencentes a citada região metropolitana. Argumentam, os autores, que outros municípios que fazem parte da COMEC distam da Capital mais de 160km, como o caso de Doutor Ulysses, e que os municípios a serem inseridos tem uma distância inferior a citada e que participam mais do dia-a-dia da Região.

O Projeto de Lei complementar passou pela Comissão de Constituição e Justiça e recebeu parecer favorável e agora é chamada esta Comissão Permanente para emitir parecer. No que tange a competência de nossa Comissão é preciso salientar que há anos o IPARDES, a COMEC e outros entes apontam que a expansão da Região Metropolitana de Curitiba deve se dar no sentido sul, ou seja, no mesmo sentido em que se encontram os municípios propostos pelos autores.

Incluí-los, assim, faz parte de estudos e de apontamentos de órgãos de planejamento e também de uma vontade dos munícipes que receberão uma série de benefícios, integrando ainda mais a região e permitindo que o colar de expansão da Região seja efetivamente cumprido.

Assim como houve a anexação dos projetos de lei é necessário uma emenda modificativa no sentido de incluir no texto do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11.027/1994, cuja alteração é proposta pelo artigo 1º do projeto de lei



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

complementar em tela, no sentido de incluir o município de Rio Negro, na forma da emenda em anexo.

Com certeza o projeto de lei complementar vem beneficiar a Região Metropolitana e assim deve prosperar, considerando-se a inclusão da emenda anexa.

Diante de todo o exposto somos **FAVORÁVEIS**, s.m.j., ao prosseguimento do projeto de lei complementar.

Sala das comissões, 31 de maio de 2011.

Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator

Dep. Toninho Wandscheer
Presidente da Comissão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda Modificativa ao PL Complementar nº045/2011

Altera-se o artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº045/2011, incluindo o município de Rio Negro no rol dos municípios que constituem a Região Metropolitana de Curitiba, passando o artigo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º idem

Lei 11.027/94

Art.2º - ...

Parágrafo único. A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do sul, Campina Grande do Sul, **Campo do Tenente**, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Ipa, Madirituba, **Piên**, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, **Rio Negro**, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros municípios criados em áreas territoriais desmembradas”

Sala das sessões, 31 de maio de 2011.


Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator


Dep. Toninho Wandscheer
Presidente da Comissão







Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALP e Assuntos Municipais

PARECER AOS PROJETOS DE LEI Nº045/11, 181/11 E 234/11

PREFÁCIO

O Projeto de Lei nº 045/11, de autoria do Deputado Reinhold Stephanes Junior, Projeto de Lei Complementar nº 181/11, de autoria do Deputado Reinold Stephanes Junior e Projeto de Lei nº 234/11, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, todos anexos, visam respectivamente, alterar o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11027/94 – COMEC, incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba; alterar o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11027/94 – COMEC, incluindo o Município de Rio Negro na Região Metropolitana de Curitiba; incluir os Municípios de Piên e Rio Negro na Região Metropolitana de Curitiba.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Assuntos Metropolitanos, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Os Municípios de Piên e Campo do Tenente encontram-se a uma distância menor de Curitiba do que alguns municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba.

Visando proporcionar justa integração dos trabalhadores destes municípios com a Capital do Estado, alavancar as condições de crescimento para estes municípios e toda a região, melhorar a qualidade de vida através da integração do transporte coletivo, são alguns dos vários objetivos desta matéria.

DA CONCLUSÃO

*Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser de suma importância o teor dos mencionados projetos. Assim, manifestamo-nos pela sua **aprovação**.*

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de julho de 2011.

DEPUTADO NELSON GARCIA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 45/11

Projeto de Lei Complementar nº 45/11

Autor da emenda: Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida.

Súmula: Altera o Parágrafo Único do art. 2º, da Lei nº 11.207 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DO PROJETO DE LEI 45/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei Complementar em análise, de autoria do Deputado Reinhold Stephanes Junior, altera o Parágrafo Único do art. 2º, da Lei nº 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Nereu Moura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ocorre que, na Comissão de Assuntos Metropolitanos desta Casa o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa, de autoria do Relator da referida Comissão, Deputado Estadual Luis Eduardo Cheida. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Assuntos Metropolitanos.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera mas não descaracteriza a essência do projeto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.**





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida, Relator desta emenda na Comissão de Assuntos Metropolitanos, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 30 de Agosto de 2011.


DEPUTADO ESTADUAL NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ESTADUAL NEREU MOURA
RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 477/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos de Ventania – AMAVE, com sede no Município de Ventania e foro no Município de Tibagi.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos de Ventania – AMAVE, com sede no Município de Ventania e foro no Município de Tibagi.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR







COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 510/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

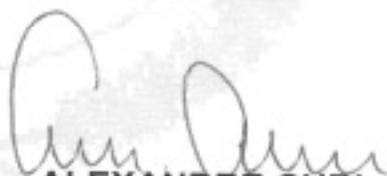
Redação Final ao Projeto de Lei nº 518/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública o Centro Cultural Humaita – Centro de Estudo e Pesquisa da Arte e Cultura Afro-Brasileira.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Cultural Humaita – Centro de Estudo e Pesquisa da Arte e Cultura Afro-Brasileira, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011.

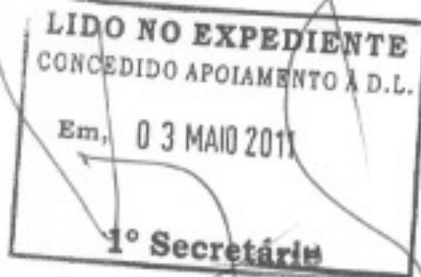

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





Projeto de Lei nº 368/11



SÚMULA: Institui o "Dia Estadual da Marcha para Jesus".

Art. 1º. Fica instituído, no calendário oficial do Estado do Paraná, o "Dia Estadual da Marcha para Jesus", a ser comemorado, anualmente, no 3º sábado do mês de maio.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de maio de 2.011.


Deputado Paranhos


Deputada Cantora Mara Lima


Deputado Artagão Junior


Deputado Toninho Wandscheer


Deputado Gilson de Souza


Deputado Pr. Edson Praczyk



JUSTIFICATIVA

A **Marcha para Jesus** é um evento internacional e interdenominacional (ou seja, realizados conjuntamente por diversas denominações evangélicas) que ocorre anualmente em milhares de cidades do mundo. Entre 1994 e 2000 foi realizada como um evento global, ocorrendo em cerca de 170 países na mesma data.

A primeira Marcha para Jesus aconteceu em 1987 na cidade de Londres, chamada de "City March", foi criada pelo pastor Roger Forster, da Ichthus Christian Fellowship, pelo cantor e compositor Graham Kendrick, Gerald Coates do movimento Pioneer e Lynn Green, de Youth with a Mission. A expectativa inicial de 5 mil pessoas foi largamente superada pela presença de 15 mil participantes, motivando a realização de um novo evento.

Em 1990, a Marcha já havia se espalhado por 49 cidades em todo o Reino Unido e também em Belfast (capital da Irlanda do Norte), onde 6 mil católicos e protestantes se reuniram. A estimativa foi de cerca de 200 mil religiosos participando do evento. A Marcha logo se expandiu para os demais continentes. No ano de 1993 o evento foi realizado pela primeira vez no Brasil.

Em 1994 foi realizada a primeira versão global do evento, alcançando 170 países e com a presença de 10 milhões de participantes. A última versão global da "marcha" aconteceu em 10 de junho de 2000. Desde então, o grupo organizador original se dispersou e a organização do evento tem ocorrido por parte de iniciativas locais distintas.

O evento chegou ao Brasil, através da iniciativa de lideranças evangélicas, igrejas neopentecostais, apoiado também por igrejas tradicionais e pentecostais.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

A maior das Marchas para Jesus é realizada na cidade de São Paulo e reúne anualmente milhões de pessoas. Além desta, centenas de cidades pelo mundo e no Brasil, incluindo as principais capitais do país, possuem a sua edição do evento.

Fazendo parte do calendário oficial de diversas cidades, a Marcha para Jesus conta com a participação de trios elétricos de diversas comunidades e igrejas cristãs, envolvendo diversas denominações.

O presidente Luiz Inacio Lula da Silva sancionou a Lei nº 12.025, de 3 de setembro de 2.009, que transformou a data da Marcha para Jesus. Por força desta lei a Marcha passa a ser comemorada anualmente no sábado seguinte ao 60º dia após o domingo de Páscoa.

A instituição do "**Dia da Marcha para Jesus**" no Calendário Oficial do Estado do Paraná dará uma oportunidade única de viver este momento de comunhão entre irmãos de todas as denominações. A Marcha para Jesus também é um evento que permite expressar ao mundo a comunhão dos cristãos e também da fé em Jesus Cristo.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 368/11

Projeto de Lei nº 368/11

**Autor: Deputados Estaduais Paranhos,
Cantora Mara Lima, Artagão Junior, Toninho
Wadscheer, Gilson de Souza e PR. Edson
Praczyk.**

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei objetiva inserir no Calendário Estadual da "Marcha para Jesus", a ser comemorado anualmente, no 3º Sábado do mês de maio.

EMBASAMENTO JURÍDICO

A Constituição Federal, dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, a inda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a Constituição Estadual, em seu artigo 190, caput, a cultura de todos e deve ser estimada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Outrossim, a Constituição do Estado do Paraná aduz:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao PRESIDENTE DO Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desta forma, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela
Aprovação do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os
requisitos Constitucionais, legais e de técnica administrativa.

Sala das Comissões, em 28 de junho 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTOS
PRESIDENTE



DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 368/2011

Projeto de Lei nº. 368/2011

Autoria: Deputados Leonaldo Paranhos, Cantora Mara Lima, Artagão Jr., Toninho Wandscheer, Gilson de Souza e Pr. Edson Praczyk.

Súmula: Institui o "Dia Estadual da Marcha para Jesus".

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Leonaldo Paranhos, Cantora Mara Lima, Artagão Jr., Toninho Wandscheer, Gilson de Souza e Pr. Edson Praczyk, tem por objetivo instituir o "Dia Estadual da Marcha para Jesus" no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a ser comemorado, anualmente, no terceiro sábado do mês de maio. Tal data foi escolhida por ser um evento internacional e interdenominacional, ou seja, realizado conjuntamente por diversas denominações evangélicas.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 28/06/2011, tendo como relator o nobre Deputado Evandro Júnior, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data parecida.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente



DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 368/11

O Projeto de Lei em análise, de autoria dos Deputados Paranhos, Cantora Mara Lima, Artagão Júnior, Toninho Wandscheer, Gilson de Souza e Pastor Edson, que objetiva instituir o "Dia Estadual da Marcha para Jesus".

A Douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente Projeto, nos aspectos de constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o Art. 33 do Regimento Interno, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 30 de Agosto de 2011.

Deputado TADEU VENERI

Presidente

Deputado WALDYR PUGLIESI

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI 388 /11



SÚMULA

Dispõe sobre a remessa de telegramas aos candidatos aprovados em concursos públicos do Estado, e dá outras providências.

Art. 1º. As entidades organizadoras de concursos públicos ficam obrigadas a enviar telegramas aos candidatos aprovados em concurso público estadual, contendo o prazo, horário e local em que deverão se apresentar, nas seguintes convocações:

- I - para entrega de documentação e encaminhamento a exames médicos admissionais;
- II - para assumir cargo na Administração Pública Direta e Indireta ou Autarquias do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A remessa dos telegramas tem caráter suplementar, independente da publicação de outras formas de chamamento.

Art. 2º. O disposto nesta lei deverá constar nos respectivos editais dos concursos públicos.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2011.


CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

Atualmente os concursos já trazem no seu regulamento, a forma de divulgação dos resultados do concurso que se dá, via de regra, através de edital, via internet ou através de jornais de grande circulação. Entretanto, sabemos que nem todas as pessoas tem possibilidade de acessar a internet, e muitas vezes, nem dinheiro para comprar um jornal, ocasionado assim a perda de vaga.

Outro fator que ocasiona a desinformação do andamento do concurso é a demora no processo de chamamento, que por muitas vezes, candidatos selecionados para vagas remanescentes acabam perdendo os prazos devidos a estas chamadas extemporâneas.

Certamente, a aprovação desta proposição trará mais segurança aos candidatos, e a proposta do concurso público será efetivada - a ocupação da vaga em cargo público para que o Estado possa oferecer melhor eficiência dos serviços prestados ao cidadão.



PROJETO DE LEI Nº. 388/2011

AUTORA: DEPUTADA CANTORA MARA LIMA

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA: Dispõe sobre a remessa de telegramas aos candidatos aprovados em concursos públicos do Estado, e dá outras providências.

EMENTA: ENVIO TELEGRAMA AO CANDIDATO APROVADO CONCURSO PÚBLICO. ART. 66, IV, CONSTITUIÇÃO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. APROVAÇÃO.

Síntese:

O Projeto de Lei nº. 388/2011 dispõe sobre a obrigação do Estado a enviar convocação através de telegramas por correio para os candidatos aprovados em concursos públicos estaduais, quando dos momentos de entrega de documentos e exames médicos admissionais (art. 1º, I) e de posse – “para assumir” – cargo na Administração Pública.

Dispõe que a remessa tem caráter suplementar, independente de outras formas de chamamento, no artigo 2º. E a obrigatoriedade de constar tal garantia nos editais públicos de abertura de concurso, conforme previsão do artigo 3º da proposição.



Fundamentação:

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe no seu art. 33, §2º, I, que à Comissão de Constituição e Justiça compete analisar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa do Projeto de Lei proposto.

O Projeto de Lei de autoria da Deputada Cantora Mara Lima visa criar determinação ao Poder Executivo para que envie comunicação por escrito, através de telegrama, para os candidatos aprovados em concurso público se apresentarem aos atos de seleção e posse em cargo público.

Estabelece, portanto, procedimentos para execução da seleção de servidores do Estado.

Entendo que esta análise deve ser feita casualmente, ou seja, comparando as disposições de cada projeto de lei submetido à Comissão de Constituição e Justiça com a legislação federal e estadual vigente, com foco na constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa como citado acima (art. 33, §2º, Regimento Interno).

A Constituição do Estado do Paraná dispõe no art. 66 que compete privativamente ao Governador do Estado dispor sobre a criação de novas atribuições às Secretarias de Estado. E também privativamente ao Governador exercer a direção superior da administração estadual, pelo seu art. 87, inciso III. Nestes termos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:
(...)



IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

III – exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual.

A interpretação da palavra *atribuição* do inciso IV, art. 66, da Constituição Estadual deve ser feita conforme os princípios e normas que regem todo o texto constitucional estadual.

A questão principal reside, mais uma vez, na possibilidade da propositura de iniciativa de lei, ou de mensagem, por membro da Assembleia Legislativa para prerrogativa de legislar matéria que vise melhorar determinada política pública.

Esta obrigatoriedade não atinge a organização e seleção do quadro servidores públicos, apenas institui nova garantia os cidadãos que se submetem à seleção pública feita através de concurso.

Ainda, a criação de garantia de convocação ao cidadão que participa de concurso público não usurpa a competência do Exmo. Governador do Estado na definição de atribuições das Secretarias e igualmente não interfere na direção superior do Estado do Paraná nem na definição de critérios para seleção de servidores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Desta forma, diante da existência da constitucionalidade, adequação à legislação vigente e à técnica legislativa, **voto pela aprovação do Projeto de Lei nº. 388/11 pela Comissão de Constituição e Justiça.**

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator










Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Praça Nossa Sra. de Salette, s/n – 8º andar – Gabinete 805

Tel: 3350 4094 – 3254 8121 – 3253 4241 – end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br

www.tadeuveneri.com.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 388/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria da Nobre Deputada Cantora Mara Lima, que dispõe sobre a remessa de telegramas aos candidatos aprovados em concursos públicos do Estado, e dá outras providências.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional, legal e de técnica legislativa exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, estabelecida no art. 33, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, podemos observar que a matéria encontra-se justificada.

A matéria em questão objetiva ajudar ao cidadão que realiza concurso público no Estado do Paraná, não interferindo na competência do Governador ou das Secretarias de Estado.

Desta forma, opinamos pela sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 17/08/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI No.388/2011

SÚMULA: Dispõe sobre a remessa de telegramas aos candidatos aprovados em concursos públicos do Estado e dá outras providências.

AUTOR: Deputada Cantora Mara Lima

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

ANÁLISE:


Chamada a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania a se manifestar e verificando a justificativa do presente projeto de lei, observa-se que está plenamente justificada no seu mérito, uma vez que garante ao cidadão uma forma plenamente possível e exequível de receber com segurança a comunicação de seu chamamento em concurso público, através de correspondência enviada ao endereço por ele comunicado quando da inscrição no certame.

PARECER:

Diante do exposto, somos de PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em pauta.

Sala de Reunião das Comissões, em 30 de agosto de 2011.


DEP. TADEU VENERI
Presidente


DEP. ROSE "LITRO"
Relatora






ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI No. 473/11

SÚMULA: CRIA O “DIA DO SINDICALISTA DO ESTADO DO PARANÁ”, FICANDO A DATA INCLUÍDA NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ.

Art.1º - Fica incluído no calendário oficial do Estado do Paraná o “DIA DO SINDICALISTA DO ESTADO DO PARANÁ”, a ser comemorado anualmente no dia 10 de maio.

Parágrafo único - Fica instituída, em comemoração ao DIA DO SINDICALISTA DO ESTADO DO PARANÁ, a homenagem por ato público a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, após aprovação de Requerimento apresentado anualmente por um Deputado Estadual, com entrega de diplomas de mérito alusivo à data comemorada, outorgados aos homenageados indicados pelas instituições envolvidas no evento.

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, em 06 de junho de 2011.


ROSE “LITRO”
Deputada Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A história dos trabalhadores do Estado do Paraná passa pela essência da necessidade da evolução também do próprio Estado, onde o trabalhador surgiu com a mais complexa das peculiaridades sociais de luta e sofrimento para conquistar o seu sustento e a própria sobrevivência, prosperando o sofrimento por mais de um século.

Quando a vontade e a coragem de poucos para ajudar os milhares de colegas cresceu, surgiu-lhes a pré-disposição de, além de continuar trabalhando dia, noite, feriados e domingos, a doarem ainda as suas vidas e saúde, lutando na mobilização, organização e união para conquistar melhorias no campo de trabalho, e fundamentalmente o enquadramento técnico operacional e a nomenclatura científica de cada função. Lutaram também pelo reconhecimento específico de cada atividade por função assim como a continuada evolução da preservação da vida no campo do trabalho, de saúde e de respeito para com o trabalhador independentemente de suas áreas de atuação. Considerando que neste início sofrido, áreas como a rural, ferroviária, construção civil, portuária e a têxtil já exigiram por sonhos a fundamentação técnica, científica, social e profissionalizante.

A criação do dia do sindicalista do Estado do Paraná em reconhecimento a nobre e corajosa função de **dirigente classista e sindical** tanto da parte da representação dos empregados, quanto a dos patrões, proporcionará o exercício cotidiano, sem esquecer de conceitos básicos como da ética, do respeito, da dignidade, da boa conduta e do bom relacionamento com os mecanismos da sociedade e dos governos.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 473/11

Projeto de Lei nº 473/11

Autora: Deputada Estadual Rose "Litro"

Súmula: Cria o "Dia do Sindicalista do Estado do Paraná", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO ESTADUAL O DIA DO SINDICALISTA. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Rose "Litro", objetiva inserir no Calendário Estadual o dia do "Sindicalista", a ser comemorado anualmente, no dia 10 do mês de maio.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

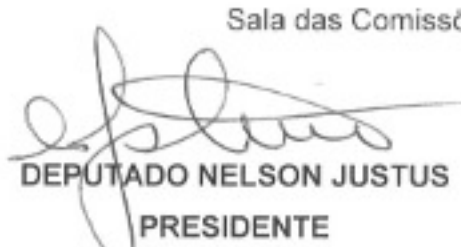
Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça,
ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos
casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)


Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 04 de julho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 473/2011

Projeto de Lei nº. 473/2011

Autor: Deputada Rose Litro

Súmula: Cria o "Dia do Sindicalista do Estado do Paraná", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria da nobre Deputada Rose Litro, tem por objetivo Incluir no Calendário Oficial do Estado o "Dia do Sindicalista do Estado do Paraná", a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de maio.

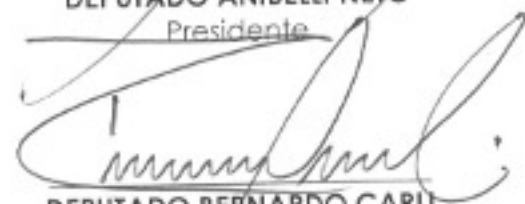
Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 04/07/2011, tendo como relator o nobre Deputado Pr. Edson Praczyk, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.




No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data parecida.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator




Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI 473/11

Projeto de Lei nº 473/11
Autor: Deputada Rose Litro

Súmula: Cria o "Dia do Sindicalista do Estado do Paraná", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ O DIA DO SINDICALISTA DO ESTADO DO PARANÁ. APROVAÇÃO.

I - SÍNTESE FÁTICA

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Rose Litro institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia do Sindicalista do Estado do Paraná a ser comemorado anualmente na data de 10 de maio. O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, tendo seu mérito já sido aprovado pela Comissão de Turismo após criteriosa análise, estando apto a ter seu mérito analisado também por esta Comissão temática.



II - MÉRITO

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto de lei, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33-U do Regimento Interno.

Pois bem.

Visa o presente projeto de lei a criação de data para comemoração do Dia do Sindicalista do Estado do Paraná, sendo a estipulação de tal data forma inequívoca de promover valores sociais e de cidadania importantes, uma vez que diz respeito ao enaltecimento da nobre e corajosa função dos representantes de empregados e empregadores.

Portanto, não havendo óbice que impeça o trâmite normal deste projeto, bem como não há atualmente no Calendário Oficial do Estado do Paraná nenhuma outra data semelhante, opino pela aprovação do presente projeto.

 2

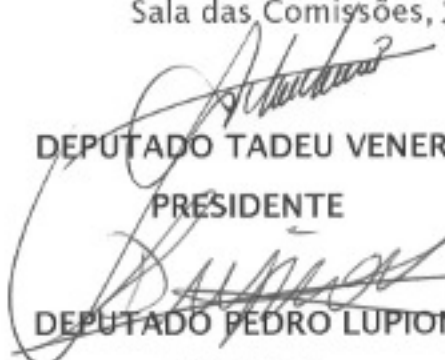


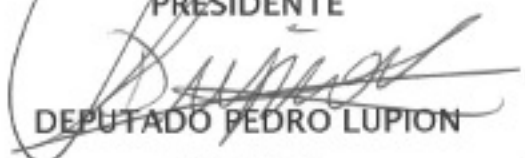
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.


DEPUTADO TADEU VENERI
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR



